



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência

Coordenadores gerais: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e
Professora Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues e Professora Doutora
Ana Gouveia Martins

De 3 de novembro a 11 de fevereiro de 2021

I Módulo

Direito Internacional e Direito da União Europeia

3 de novembro

Apresentação do curso

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Consultora e Advogada na Abreu Advogados

1.ª sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

5 de novembro

2.ª sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública

Maria Luísa Duarte

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



3.ª sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

10 de novembro

4.ª sessão

O conluio na contratação pública

A definir

5.ª sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

Claúdia Viana

Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

12 de novembro

6.ª sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

7.ª sessão

Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade

Renato Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

17 de novembro

8.ª sessão

Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)

João de Almeida

Consultor do Banco Mundial

9.ª sessão

Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:

a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis

b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações

c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5º, e (em parte) 6.º-A.

d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados



II Módulo Direito Administrativo dos Contratos Públicos

19 de novembro

10.ª sessão

A contratação excluída (cont.) –As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação *in-house* e a cooperação entre entidades públicas)

Mark Bobela-Mota Kirkby

Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados

11.ª sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O novo regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

José Duarte Coimbra

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

24 de novembro

12.ª sessão

A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos. A decisão de adjudicação em lotes

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

13.ª sessão

A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado



26 de novembro

14.ª sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

Marco Fernandes Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Vieira de Almeida e Associados

15.ª sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

3 de dezembro

16.ª sessão

Causas de exclusão das propostas . Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas. Novidades: formalidades não essenciais e erros evidentes.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados

17.ª sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfactores de densificação e avaliação de propostas.

Luís Verde de Sousa

Mestre em Direito, Assistente

10 de dezembro

18.ª sessão

A contratação estratégica e seus reflexos, em especial no critério de adjudicação, nos fatores e subfactores que o densificam e nos critérios de desempate das propostas.

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado

19. ^a sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

Margarida Olazabal Cabral

Mestre em Direito, Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

15 de dezembro

20. ^a sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

Pedro Moniz Lopes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Cardigos & Associados

21. ^a sessão

O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

Sara Augusto de Matos

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Jurista no Banco de Portugal

17 de dezembro

22. ^a sessão

O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental

Bernardo Azevedo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

23. ^a sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

5 de janeiro

24. ^a sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. Distinção da densificação dos critérios de adjudicação. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Consultora e Advogada na Abreu Advogados



25.ª sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos, Acordos-quadro e compras vinculadas.

Cláudia Monge

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na BAS

7 de janeiro

26.ª sessão

O novo procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

Domingos Soares Farinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

27.ª sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A especificidade da sua aplicação aos contratos interadministrativos. Novidades: a fatura eletrónica e o gestor do contrato

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12 de janeiro

28.ª sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

29.ª sessão

A modificação objetiva dos contratos

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Consultora e Advogada na Abreu Advogados

14 de janeiro

30.ª sessão

A modificação nos contratos de empreitada, de aquisição de serviços e de concessão

Licínio Lopes Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra



31.ª sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Mafalda Carmona

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Advogada na Cuatrecasas Gonçalves Pereira & Associados

19 de janeiro

32.ª sessão

O regime dos contratos de concessão

Lino Torgal

Advogado na Garrigues

33.ª sessão

Incumprimento e extinção dos contratos

José Luís Moreira da Silva

Mestre em Direito, Advogado na SRS Advogados

21 de janeiro

34.ª sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

Tiago Serrão

Assistente convidado da Faculdade de Direito de Lisboa

III módulo

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

35.ª sessão

Decisão de contratar e decisão financeira

André Marçalo

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



26 de janeiro

36.ª sessão

Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia

Marco Capitão Ferreira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

37.ª sessão

Parcerias Público-Privadas

Maria Eduarda Azevedo

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

28 de janeiro

38.ª sessão

Enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas

Nazaré da Costa Cabral

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente do Conselho de Finanças Públicas

39.ª sessão

Reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público-Públicas

Sérgio Gonçalves do Cabo

Mestre em Direito, Advogado

2 de fevereiro

40.ª sessão

Modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas

Pedro Melo

Mestre em Direito, Advogado na PLMJ

41.ª sessão

O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos

Helena Abreu Lopes

Juíza-Conselheira do Tribunal de Contas

4 de fevereiro

42.ª sessão

Contratação Pública e Fiscalização Prévia

Alexandra Pessanha

Mestre em Direito, Assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa

43.ª sessão

A prevenção da corrupção na contratação pública

José Tavares

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas



9 de fevereiro

44.ª sessão

Contratação Pública e endividamento público

Marco Capitão Ferreira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

45.ª sessão

A regulação dos contratos públicos no Direito Europeu

Fernando Silva

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

11 de fevereiro

46.ª sessão

As orientações técnicas do IMPIC

Fernando Batista

Diretor Jurídico do IMPIC

47.ª sessão

A regulação dos contratos públicos na legislação nacional

Fernando Silva

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Informações:

O Curso realiza-se no período de 3 de novembro de 2020 a 11 de fevereiro de 2021, às 3.ªs e 5.ªs feiras, das 18h30 às 20h00 (1.ª sessão) e das 20h30 às 22h00 (2.ª sessão).

Local: Devido à situação de saúde pública vigente, o curso irá decorrer na plataforma de conferências ZOOM ou TEAMS (ainda a definir).

Propina: 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- **Redução de 10%** no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.

- **Redução de 10%** para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.



- **Redução de 10%** para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 30 de outubro de 2020

Avaliação: apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso.

Informações: Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

Inscrições:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação

Contactos:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

Dra. Telma Oliveira

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330

E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/icjp.pt

www.icjp.pt



www.icjp.pt
www.facebook.com/icjp.pt

www.icjp.pt/cidp

www.institutoeuropeu.eu

www.ideff.pt
www.facebook.com/ideff.fdui

Com o apoio do Programa Erasmus+ - Jean Monnet



Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union